



## **JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO**

**EDITAL Nº 049/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2024 FMAS**

**(Processo Administrativo Nº 0039/2024-FMAS)**

**OBJETO:** “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO DE INTERNET, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, TRABALHO E HABITAÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA”

**RECORRENTES:** DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A  
ITANET CONECTA LTDA

**CONTRARRAZOANTE:** UBBINET PROVEDOR DE SERVICOS DE INTERNET  
LTDA

### **I – DAS PRELIMINARES**

Inicialmente esclareço que os recursos serão tratados em peça única, visto ambas as empresas recorrem em pontos afins e com alegações semelhantes.

Os Recursos Administrativos interposto tempestivamente pelas empresas **DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A** e **ITANET CONECTA LTDA** com fundamento no **Art. 165, I, da Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**, em face da decisão do Pregoeiro que aceitou a proposta e habilitou a empresa **UBBINET PROVEDOR DE SERVICOS DE INTERNET LTDA**.

O Pregoeiro em cumprimento ao disposto § 2º do **Art. 165 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, recebeu e analisou as razões de recurso da Recorrentes, bem como as Contrarrazões de forma a proferir sua decisão sobre o recurso administrativo.

Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos por parte da Recorrentes, sendo interposto tempestividade na forma do **Art. 165, I, Lei nº 14.133, DE 1º de abril de 2021**.

### **II – DAS FORMALIDADES LEGAIS**



Na sessão pública do Pregão Eletrônico em referência, realizada em 26/11/2024, a empresa DB3 SERVIÇOS intencionou interposição de recurso para demonstrar sua irresignação em face das decisões do Pregoeiro: “Com fundamento no art. 165, I, da Lei 14.133/21 com razões de fato e de direito apresentados no recurso.” De igual modo a empresa ITANET, apresentou seu manifesto: “Intenção em Manisfetar o recurso, em conformidade com a legislação vigente”.

### III – DA ALEGAÇÃO DAS RECORRENTES

#### DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A

##### Da Inexequibilidade da Proposta

*Em resumo, a recorrente discute a inexequibilidade da proposta apresentada pela empresa UBBINET, com base na Lei nº 14.133/21 e na Instrução Normativa nº 73/2022.*

1. **Valor Incompatível:** A proposta da UBBINET, de R\$ 160,00 mensais para fornecer um link dedicado de 500 Mbps, representa um desconto de aproximadamente 93% em relação ao valor orçado pela Administração (R\$ 2.250,00), e 90% abaixo da média das propostas recebidas (R\$ 1.594,93). Isso sugere que o valor proposto é significativamente inferior aos preços de mercado e aos custos necessários para a execução do contrato.
2. **Normas Legais:** De acordo com o Art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/21, propostas com preços manifestamente inexequíveis devem ser desclassificadas. A Instrução Normativa nº 73/2022 também indica que preços inferiores a 50% do orçamento estimado são indícios de inexequibilidade.
3. **Risco à Execução do Contrato:** A proposta de R\$ 160,00 é considerada inviável para cobrir os custos do serviço com qualidade, o que comprometeria a execução do contrato e a eficiência dos serviços públicos.
4. **Diligência em Caso de Não Desclassificação:** Caso a Comissão de Licitação opte por não desclassificar a proposta imediatamente, é solicitado que seja realizada diligência para verificar a viabilidade da proposta, conforme os artigos 11 e 59, §2º, da Lei nº 14.133/21, e o Art. 34 da Instrução Normativa nº 73/2022, que exige que a Administração comprove a exequibilidade da proposta antes de prosseguir com a contratação.

*A proposta da UBBINET é considerada inexequível devido ao valor substancialmente abaixo do orçado, e a recomendação é pela desclassificação ou, caso contrário, diligências para comprovar sua viabilidade.*

##### Da incompatibilidade dos Atestados de Capacidade Técnica

*Em suma, a recorrente argumenta que a empresa UBBINET deve ser desclassificada da licitação por não cumprir os requisitos técnicos estabelecidos no edital, especificamente no que diz respeito à comprovação de capacidade técnica.*

1. **Requisitos do Edital:** O edital exige que os licitantes apresentem atestados de capacidade técnica que comprovem experiência na execução de serviços



*equivalentes ao fornecimento de link dedicado de 500 Mbps com garantia de alta performance.*

**2. Problemas nos Atestados:**

- *O primeiro atestado, referente a um serviço de link de banda larga, não atende aos requisitos, pois a banda larga não garante a mesma estabilidade de um link dedicado.*
- *Os outros dois atestados mencionam serviços de rede de comunicação, mas não especificam se atendem às exigências de velocidade e garantia de qualidade exigidas no edital.*

**3. Conclusão:** *Como os atestados apresentados pela UBBINET não comprovam experiência na prestação de link dedicado com as especificações exigidas, a empresa deve ser inabilitada da licitação, conforme o item 7.6.1 do edital e a Lei nº 14.133/21, que garantem a qualificação técnica necessária para a execução do contrato.*

## **ITANET CONECTA LTDA**

*Em resumo:*

*“A empresa UBBINET PROVEDOR DE SERVIÇOS DE INTERNET LTDA foi vencedora do Pregão Eletrônico nº 013/2024 FMAS e posteriormente habilitada, embora tenha apresentado um Atestado de Capacidade Técnica incompatível com as exigências do edital. O objeto da licitação é a contratação de uma empresa para fornecer link dedicado de internet com especificações claras e detalhadas no edital, que exige comprovação de experiência em serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado.*

*No entanto, a UBBINET apresentou atestados genéricos, sem comprovar claramente a execução de serviços semelhantes aos exigidos, o que configura o descumprimento das exigências editalícias e compromete a qualidade e segurança dos serviços a serem prestados. Esse fato viola o princípio da isonomia, pois trata de forma diferenciada uma empresa em relação aos outros licitantes, prejudicando a transparência e a competitividade do processo.*

*A Administração Pública, ao aceitar o atestado não conforme, violou o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, que exige o cumprimento rigoroso dos requisitos do edital. Diante disso, a habilitação da empresa UBBINET está comprometida, comprometendo a regularidade do processo licitatório e o atendimento aos princípios de legalidade e isonomia.”*

## **IV – DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS**

*Em suma:*

*“A contrarrazoante alega que oferece soluções de internet compartilhada e link dedicado, utilizando infraestrutura robusta e equipamentos de grandes*



*fabricantes como Juniper e Cisco. A empresa tem uma equipe qualificada em engenharia de redes e capacidade para atender grandes volumes de dados.*

*Com clientes de grande porte, como Banco do Brasil, Unilider Distribuidora e a Prefeitura Municipal de Cambuci, a UBBINET oferece link dedicado de alta qualidade. Na licitação em questão, a empresa se comprometeu a oferecer serviços que atendem aos requisitos técnicos do edital, com preços abaixo do valor fixado, respeitando o princípio da livre oferta. A proposta de preço mais baixo foi uma estratégia para demonstrar a competência da empresa e viabilizar a oferta de internet de alta qualidade ao município, assegurando a credibilidade e a entrega de um serviço eficiente.*

*A UBBINET reafirma seu compromisso de validar os serviços contratados e garantir a satisfação do cliente público, mesmo com a oferta inferior ao valor estipulado.”*

## **V – DA ANÁLISE DO RECURSO**

### **Da Análise Inexequibilidade da Proposta**

Inicialmente, cumpre esclarecer que, embora a empresa DB3 SERVIÇOS utilize a Instrução Normativa nº 73/2022 como parte de sua fundamentação, o Município de Aperibé não está vinculado a referida norma, a qual se aplica exclusivamente à Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como aos municípios que optem por sua adesão. Dessa forma, os parâmetros de exequibilidade nela estabelecidos não são aplicáveis ao Município de Aperibé.

Durante a fase de lances do pregão em análise, verificou-se uma acirrada disputa entre as empresas ITANET CONECTA LTDA e UBBINET PROVEDOR DE SERVIÇOS DE INTERNET LTDA – ME, a qual resultou em um desconto expressivo de 92,89%. A princípio, tal percentual de desconto sugere a inquestionável inexequibilidade das propostas apresentadas por ambas as licitantes. Contudo, ao apresentar suas contrarrazões, a empresa UBBINET justifica o substancial abatimento em virtude de práticas e estratégias comerciais adotadas em um contexto de competição no mercado:

*“Insta consignar que a empresa participante da licitação ofertou proposta para oferta de serviços nos moldes do edital, sendo que o valor proposto ficou abaixo do valor fixado, tendo em vista ao **princípio da livre oferta** preconizado. Oferta é a quantidade do produto disponível em mercado, enquanto procura é o interesse existente em relação ao mesmo.*

*A oferta depende do preço, da quantidade, da tecnologia utilizada na fabricação entre outras coisas relacionadas aos produtos e serviços.*



*A procura é influenciada pela **preferência do consumidor final**, a compatibilidade entre preço e qualidade e a facilidade de compra do produto. Ao contrário do que pode parecer a princípio, o comportamento da sociedade não é influenciado apenas pelos preços. O preço de um produto pode ser um estímulo positivo ou negativo para que os consumidores adquiram os serviços que necessitam, partido desse princípio nossa empresa tem a finalidade de ofertar o melhor serviço de internet, e para isso fica demonstrado a oportunidade de viabilizar o preço ofertado no pregão licitatório.*

*Com **fincas a demonstrar nossas habilidades e competência**, junto ao órgão público foi ofertado os serviços abaixo do valor consignado no edital, arcando nossa empresa com o compromisso de validar os serviços e proporcionar ao município credibilidade em nossos serviços.*”

A oferta de valores nas condições apresentadas pela empresa vencedora encontra expressa previsão no inciso II do parágrafo primeiro do Decreto Municipal nº 1.108, de 7 de maio de 2024, sendo igualmente reproduzida no item 6.3.1.2 do edital:

**6.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:**

**6.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e**

**6.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.**

Ao permitir a aceitação de propostas que envolvam custos de oportunidade, entende-se que devem ser admitidas aquelas que visem a obtenção de outras vantagens econômicas, ainda que tais propostas resultem em lucro reduzido, nulo ou até mesmo em prejuízo. Assim, ao justificar o lance oferecido com o propósito de demonstrar a qualidade de seus serviços, a empresa UBBINET apresenta uma proposta que incorpora custos de oportunidade.

É de conhecimento público que as empresas UBBINET e ITANET vêm expandindo seus serviços no município de Aperibé, o que tem intensificado a competição pelo mercado de consumidores finais. Portanto, não se pode desconsiderar a justificativa apresentada pela empresa vencedora. Ao utilizarem os contratos públicos como meio para evidenciar seus serviços e marca, as licitantes não apenas obtêm uma oportunidade, mas também contribuem para que a Administração Pública contrate a valores inferiores aos praticados pelo setor privado.

Ademais, a disponibilidade de redes e links já existentes configura um cenário de risco substancialmente baixo quanto à possível inexecução contratual, sem prejuízo do dever da contratante de exercer a devida fiscalização sobre o cumprimento dos contratos.



### Da análise incompatibilidade dos Atestados de Capacidade Técnica

Para comprovação de capacidade técnica, o edital trás no item 7.6.1 a seguinte redação:

*7.6.1. Comprovação de aptidão para execução de **serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente** ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s), emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.*

Além disso, o item 4.1.1 do Termo de Referência a exigência está descrita da seguinte forma:

*4.1.1. A qualificação técnica será comprovada mediante apresentação de, pelo menos, um “**atestado de capacidade técnica**” emitido em nome da proponente, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado do emissor, comprovando que a contratada já executou, de forma satisfatória, **obrigações da mesma natureza do objeto** da presente licitação.*

Podemos ainda incluir, para efeito de fundamentação o inciso II do Art. 67 da Lei 14.133/21:

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de **serviços similares** de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;*

O ponto em comum da mesma exigência reproduzidas em locais distintos e com redações diferentes é a inexigibilidade de atestado idêntico, expressa por meio das terminologias “**equivalente**” “**obrigações da mesma natureza do objeto**” e “**serviços similares**”. A empresa UBBINET apresentou dois atestados de capacidade técnica: o primeiro emitido pela CAMARA MUNICIPAL DE APERIBÉ, que cita expressamente tratar de internet banda larga, e o segundo emitido CENTRO DE EDUCAÇÃO APLICADA SÃO FIDÉLIS LTDA, que não traz maiores detalhamentos.

Embora ambos atestados não sejam especificamente referentes a link dedicado, podem e devem ser aceitos pela administração, visto que não há exigência de atestado idêntico, bastando ser compatível. Caso a decisão fosse pela inabilitação da empresa por não apresentar atestado de capacidade técnica referente a prestação de serviço de link dedicado, estaria fazendo exigência de atestado idêntico o que fere as normas supracitas.

Ademais, o Acórdão TCU 298/2024-Plenário complementa essa orientação ao afirmar que:

*"Nas contratações de obras e **serviços**, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do*





*licitante em obras ou serviços com **características semelhantes** ou de complexidade superior, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido pela contratante."*

Este entendimento do TCU sublinha a possibilidade de aceitação de atestados de serviços com complexidade equivalente ou superior, sem impor a necessidade de identidade absoluta com o objeto licitado. Dessa forma, a decisão de aceitar os atestados da UBBINET se mostra irretocável e juridicamente respaldada, em plena conformidade com o edital e a legislação aplicável, valorizando o princípio da razoabilidade.

Além disso, deve ser destacado que aceitar os atestados apresentados pela vencedora não viola aos princípios da isonomia ou da Vinculação ao Instrumento Convocatório, nem mesmo causa prejuízo a transparência e a competitividade do processo. Visto que todos os licitantes foram tratados da mesma forma, além de que o edital não exigiu atestado idêntico e que todos os atos praticados na condução do certame foram públicos e fundamentados tendo como objetivo principal a busca pela proposta mais vantajosa, sem qualquer prejuízo a competitividade.

## VI – DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, concluo que os argumentos apresentados pelas recorrentes não foram suficientes para levar à reforma da decisão anteriormente proferida, razão pela qual mantenho a empresa UBBINET PROVEDOR DE SERVIÇOS DE INTERNET LTDA habilitada e vencedora do presente pregão.

## VII – DECISÃO

Isto posto, sem mais nada a considerar e respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO o RECURSO apresentado pelas empresas DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A e ITANET CONECTA LTDA, **NEGANDO PROVIMENTO**, mantendo a decisão anteriormente proferida.

Diante disso, encaminho o presente recurso ao Presidente do Fundo Municipal de Assistência Social, a quem cabe decisão final sobre o tema.

Aperibé, 06 de dezembro de 2024

Documento assinado digitalmente  
**MARCOS PAULO DOS SANTOS MONTZO**  
Data: 06/12/2024 10:28:21-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**Marcos Paulo dos Santos Montozo**  
Pregoeiro – Matrícula 3449